



## MOÇÃO

### **POR UMA EUROPA E UM MUNDO JUSTOS, SOLIDÁRIOS, DE COOPERAÇÃO, PAZ E PROGRESSO**

**Considerando** a ofensiva exploradora e de retrocesso social e civilizacional em curso, brutalmente intensificada e ampliada no quadro da crise estrutural do sistema capitalista com consequências devastadoras para os trabalhadores, os povos e os países à escala europeia e mundial;

**Considerando** o incremento da dependência externa, da transferência de competências e consequente perda de soberania dos Estados a favor dos interesses do grande capital económico e financeiro e das grandes potências, bem como o desrespeito pela vontade popular, designadamente, na União Europeia;

**Considerando** que os poderes instituídos na União Europeia se preparam – uma vez mais à revelia dos trabalhadores e dos povos - para desferir novo e mais profundo golpe na soberania económica e orçamental dos Estados-membros (em particular da zona euro), procurando impor a inscrição vinculativa, nas constituições ou nas legislações nacionais, de um limite de 0,5% do PIB para o défice estrutural de cada país e prevendo sanções financeiras, com as consequências inerentes nos planos económico e social;

**Considerando** a persistência de conflitos, embargos, bloqueios e ocupações e a emergência de novos focos de tensão, ingerências e agressões militares que atentam contra o Direito Internacional e fazem perigar a paz mundial;

**Considerando** que, no essencial, tais conflitos, ingerências e agressões servem propósitos de expansão imperialista e domínio neocolonialista e de exploração de recursos naturais, impedindo o desenvolvimento económico e o progresso social nos países e territórios afectados e provocando a destruição, o sofrimento, a fome, a miséria e a morte de incontáveis vidas humanas;

**Considerando** que, na sequência da recente revisão do seu “conceito estratégico”, a NATO tem hoje um campo de actuação mais vasto, está ainda mais agressiva e belicista (como o comprova, entre outras, a agressão à Líbia) e a União Europeia se confirma como o seu pilar europeu, reforçando a sua capacidade militar e subordinando-se aos interesses e objectivos estratégicos daquele bloco político-militar;

**Considerando** o preceituado na Constituição da República Portuguesa (Artº 7º) - *“Portugal rege-se, nas relações internacionais, pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade”* -, que preconiza, ainda, *“a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos”* e *“o direito dos povos à autodeterminação e independência. e ao desenvolvimento”*;

**Considerando** que a Paz é condição essencial para o desenvolvimento e o progresso económico, social e cultural da Humanidade e que a solidariedade de classe e internacionalista constitui um

princípio, desde sempre, transposto para a acção da CGTP-IN “*pela universalização da Paz e dos Direitos Humanos*” e “*pelo fim da exploração capitalista e da dominação imperialista*”;

**Os delegados e delegadas ao 12º Congresso da CGTP-IN decidem:**

1. Reclamar o estabelecimento de uma nova ordem económica internacional e reafirmar o compromisso de acção da CGTP-IN em defesa da cooperação pacífica entre estados iguais em direitos, mutuamente vantajosa e no respeito pela soberania dos povos, condições indispensáveis para assegurar um clima de confiança recíproca, dissuasor de potenciais conflitos e promotor de uma Paz duradoura e de progresso.
2. Lutar pela mudança de rumo da Europa, em direcção ao desenvolvimento sustentável e sustentado, ao crescimento do emprego com direitos, à coesão social, à convergência real e à harmonização no progresso, à solidariedade, à cooperação e à Paz e no respeito pela vontade soberana dos trabalhadores e dos povos.
3. Dar combate à militarização das relações internacionais, à corrida armamentista, às armas nucleares e à instalação ou permanência de bases militares estrangeiras (designadamente na Península Ibérica); exigir a dissolução da NATO e a profunda revisão da composição, organização, funcionamento e métodos de decisão da ONU, bem como o fim da sua subserviência face às grandes potências imperialistas, os EUA e seus aliados.
4. Bater-se pela afirmação da fraternidade e da solidariedade entre os povos e pelo reforço da unidade na acção, tendo como princípios basilares a defesa intransigente dos direitos e interesses de classe dos trabalhadores, a justiça social, a Paz e o progresso da Humanidade.
5. Expressar a sua solidariedade com todos os trabalhadores e povos vítimas de ingerências, bloqueios, ocupações e agressões e com a sua justa luta pela auto-determinação, independência e soberania, designadamente, com o povo da Palestina, do Iraque, do Afeganistão e outros da região do Médio Oriente, de Cuba, do Sahara Ocidental, e de tantos outros países, nomeadamente africanos, alvos da rapina dos seus recursos naturais, das multinacionais, de políticas neocolonialistas e de promessas incumpridas, de ajuda ao seu desenvolvimento pelos principais países doadores.
6. Saudar os progressos alcançados pelos trabalhadores e povos de muitos países da América Latina e de outros continentes, abrindo caminho a conquistas e mudanças nos planos político, económico, social e cultural.
7. Esclarecer e mobilizar os trabalhadores e o povo português para agirem e lutarem por essa Europa e por esse mundo de paz, cooperação e progresso social, possíveis e necessários.
8. Aderir à Jornada de Luta Europeia convocada pela CES, para o próximo dia 29 de Fevereiro, pelo emprego e pela justiça social.

Lisboa, 28 de Janeiro de 2012